

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Temas gerais de sustentabilidade	11
1.1. A questão ambiental	11
1.2. Definição e espécies de meio ambiente.....	13
1.3. A constitucionalização do direito ambiental no Brasil em 1988.....	15
1.3.1. Competências constitucionais e a lei complementar 140/2011.....	15
1.3.2. Meio ambiente artificial	29
1.3.3. Meio ambiente cultural.....	30
1.3.4. Meio ambiente natural e o artigo 225 da constituição	32
1.4. O princípio do desenvolvimento econômico sustentável, a sustentabilidade e suas boas práticas.....	37
1.5. Os princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor	48
1.5.1. Poluidor-pagador	49
1.5.2. Protetor-recebedor.....	52
1.6. Ordem econômica ambiental, a economia verde e o pagamento por serviços ambientais	54
1.7. A tributação ambiental	68
1.8. A política nacional de resíduos sólidos.....	75
1.9. A política nacional de mudança do clima	94
1.10. Lei de crimes ambientais.....	110
1.11. Sistema nacional das unidades de conservação	150
Capítulo 2 – Atos regulamentares específicos da administração pública sobre a sustentabilidade	165
2.1. Introdução.....	165
2.2. Licitações e contratações sustentáveis.....	167
2.3. Regras de sustentabilidade no estatuto das empresas estatais.....	185
2.4. Rotulagem ambiental	188
2.5. Agenda ambiental da administração pública (A3P)	189
2.6. Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 e Portaria Seges/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023 (plano de gestão de logística sustentável na administração pública federal).....	196

2.7.	Resolução CNJ 400, de 16 de junho de 2021 alterada pela resolução CNJ 550/2024.....	198
2.8.	Resolução stf 561, de 24 de setembro de 2015	211
2.9.	Instrução normativa STJ/GDG n. 4 de 16 de janeiro de 2024.....	214
2.10.	Ato Conjunto CSJT/TST/GP nº 24/2014	222
2.11.	Ato da comissão diretora do senado 4/2013	236
2.12.	Resolução TSE 23.474, de 19 de abril de 2016	244
2.13.	Resolução TCU 268, de 4 de março de 2015	250
2.14.	Resolução CNJ 433, de 27 de outubro de 2021	252